

NOTA TÉCNICA

Tributação



IMPACTOS DO FIM DO REIQ PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

1. ASSUNTO

Medida Provisória nº 1.034, 1º de março de 2021, que entre outras ações, revoga o Regime Especial da Indústria Química (REIQ). A regra entra em vigor em quatro meses.

2. CONCEITO

O REIQ - Regime Especial da Indústria Química - foi instituído pela Lei nº 12.859, de 10 setembro de 2013, com o objetivo de garantir maior competitividade ao setor químico brasileiro por meio da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas petroquímicas da primeira e da segunda geração.

O REIQ favorece empresas petroquímicas de primeira geração (que produz compostos básicos derivados de petróleo) e de segunda geração (que fabrica termoplásticos) quando da compra no mercado interno ou na importação de produtos como nafta petroquímica, etano, propano, butano, condensado de gás, ortoxileno, benzeno e tolueno.

O objetivo do REIQ, quando implementado em 2013, foi o de fortalecer a indústria nacional frente à concorrência internacional, em particular a americana, que ressurgiu com força após a exploração do gás de *shale*.

3. IMPACTOS DA MP 1034/201 SOBRE O CUSTO DAS EMPRESAS PETROQUÍMICAS

Em razão da movimentação dos caminhoneiros para uma possível nova paralisação nacional, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 10.638/2021, zerou as alíquotas do PIS/Cofins do óleo diesel, nos meses de março e abril/2021, e, por meio do mesmo Decreto, também zerou a cobrança de impostos federais para o gás de cozinha, por tempo indeterminado.

Para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi editada uma Medida Provisória com a

finalidade de gerar aumento de arrecadação, de modo a compensar a desoneração do PIS/Confins sobre óleo diesel e gás GLP. Assim, por meio da MP nº 1034/2021, o Governo Federal revogou o Regime Especial da Indústria Química (REIQ), dentre outras medidas.

De acordo com o Manifesto pela manutenção do Regime Especial da Indústria Química - REIQ, "o fim do REIQ representará um aumento de impostos para a cadeia química, que **pode gerar retração de demanda da ordem de R\$ 2,2 bilhões, com consequentes recuos de R\$ 7,5 bilhões de produção, de R\$ 2,5 bilhões de valor adicionado e de 60 mil empregos**. A indústria química opera com um baixo nível de utilização da capacidade instalada, que foi de apenas 72% em 2020, os produtos importados representam 46% do mercado nacional e a situação pode ser agravada.

Não é possível falar em extinção do REIQ e desconsiderar que ainda há carência de medidas que promovam a redução do Custo Brasil, estimado pelo próprio governo em R\$ 1,3 trilhão; a realização de uma reforma tributária (PEC 45/2019), que altera o Sistema Tributário Nacional, considerada uma das prioridades do País, pois atende aos princípios de simplificação defendidos pela indústria, além da solução das deficiências logísticas, entre outros fatores, que impõem uma estrutura de custos de produção não compatíveis com as praticadas no mercado internacional.

Os fatores que levaram à criação do REIQ em 2013 continuam válidos. Destacamos:

1. A necessidade de reverter o déficit da balança comercial brasileira do setor;
2. O cenário macroeconômico atual mantém a indústria química fortemente defasada;
3. A indústria química norte-americana e de outros países, incluindo a Argentina, tem perspectivas de serem ainda mais favorecidas pelo abastecimento do shale gas, matéria-prima alternativa à nafta petroquímica brasileira, com preço muito inferior aos preços praticados no abastecimento local da indústria química brasileira. No Brasil o custo do gás natural, insumo usado pela indústria química como fonte de matéria-prima e energia, é três vezes maior do que nos Estados Unidos e Europa. As empresas brasileiras pagam entre 7 e 8 dólares por milhão de BTU, enquanto as norte-americanas e europeias pagam cerca de 2,6 dólares por milhão de BTU.

Desde a criação do REIQ, a redução do benefício foi progressiva, e entre 2018 e 2021, o benefício ao setor é de 3,65%. A retirada do REIQ inclui mais um componente de insegurança jurídica e de imprevisibilidade institucional, que trará consequências e impactos negativos na retomada do crescimento econômico do País.

Em termos práticos, existe o risco de fechamento de inúmeras plantas fabris, desestímulo à continuidade das operações das empresas e impacto direto na manutenção de empregos e na competitividade da indústria.

4. IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA QUÍMICA NO RIO GRANDE DO SUL

A atividade química/petroquímica ocupa posição de destaque na economia gaúcha, sendo a terceira maior do Estado, em termos econômicos. Conforme dados da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (Sdect), **a indústria química gaúcha é responsável por mais de 60 mil empregos diretos e um faturamento de quase R\$ 76 bilhões por ano.**

Para fortalecer o setor, o governo gaúcho criou em 2018 o Polo Integrado de Química de Montenegro e Triunfo com o objetivo de, aproveitando uma infraestrutura que já existe em Triunfo, facilitar a concentração de indústrias químicas em um mesmo local. O distrito industrial de Montenegro, já conta com grandes empresas como John Deere, Masisa, Polo, Bepo e Hexion, e a implementação do polo regional fortalece a competitividade da indústria química gaúcha e beneficia toda a cadeia produtiva.

Ressaltamos que o polo químico regional vem contribuindo para o desenvolvimento econômico e sustentável não apenas de Montenegro e Triunfo, mas de todo o estado, na medida em que atrai novos empreendimentos, gerando mais empregos e receita. Atualmente, empresas ligadas a segmentos como de cosméticos, tintas, saneantes e higienização, entre outros produtos químicos já estão instaladas no Polo Integrado e a expectativa é de que cerca de 30 empresas – pequenas e médias, ocupem a área nos próximos anos.

Contudo, a extinção do REIQ poderá inviabilizar a instalação de novas empresas no polo, e, até mesmo, para que as empresas já ali instaladas fechem, resultando em um impacto negativo para a economia gaúcha.

5. INDÚSTRIA QUÍMICA NO RIO GRANDE DO SUL EM 2020

No ano da pandemia da Covid-19 a indústria química (*) do Rio Grande do Sul cresceu +4,4% no seu faturamento líquido, o que representou R\$ 81,5 bilhões de receita do setor. No Brasil, a indústria química cresceu +10,2%, o que representou R\$ 508,7 bilhões de receita em 2020. No ano passado, a indústria química do Rio Grande do Sul representou 16% da indústria química brasileira.

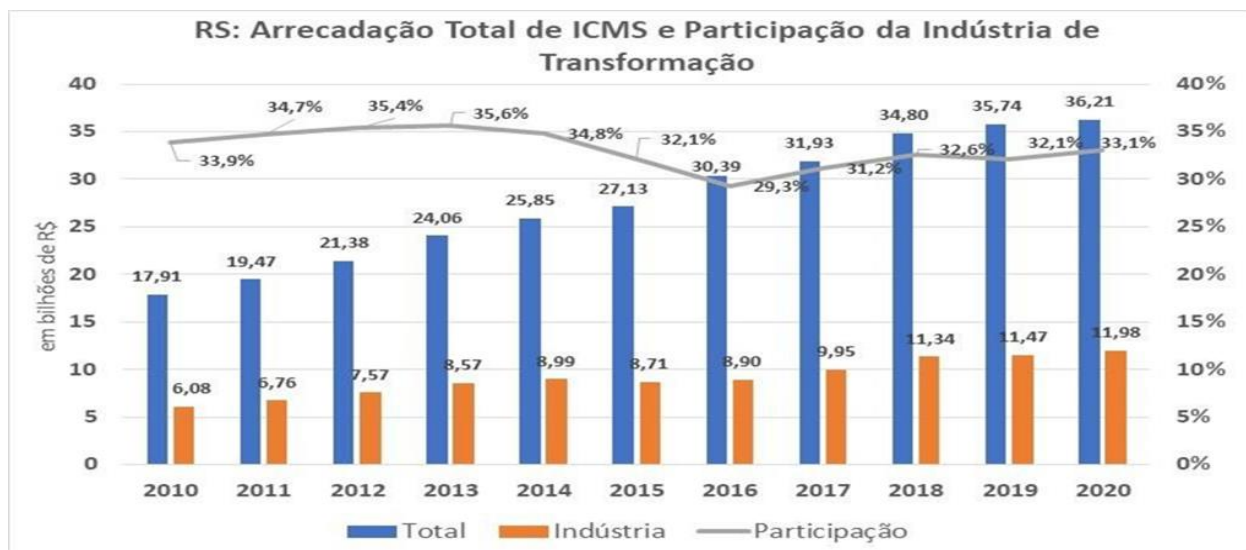
INDÚSTRIA QUÍMICA 2020	FATURAMENTO LÍQUIDO	CRESCIMENTO
Brasil	R\$ 508,7 bilhões	+ 10,2%
Rio Grande do Sul	R\$ 81,5 bilhões	+ 4,4%

Fontes: Abiquim, 2021 (dados Brasil), MaxiQuim, 2021 (dados Rio Grande do Sul).

(*) não considera a indústria do plástico e da borracha

O PIB da economia brasileira caiu -4,1% (IBGE, 2021), em 2020, e o PIB do Rio Grande do Sul caiu quase o dobro, -7,0% (IBGE, 2021). O PIB do Rio Grande do Sul representou 6,4% (IBGE, 2021) do PIB do Brasil em 2020. A indústria de transformação, no Brasil, caiu -3,5% (IBGE, 2021) e no Rio Grande do Sul a queda também foi maior, -5,8% (IBGE, 2021).

Fonte: Ministério da Economia, CONFAZ, 2021.



Em relação aos indicadores de emprego na indústria de transformação, a queda verificada no Brasil foi de -2,1% (IBGE, 2021) e no Rio Grande do Sul foi praticamente o dobro -4,5% (MaxiQuim, estimado do IBGE, 2021). A indústria química no Rio Grande do Sul, em 2020, apresentou pequeno crescimento +0,2% (MaxiQuim, 2021), totalizando 18,9 mil postos de trabalho diretos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, ressaltamos que a FIERGS apoia a aprovação de uma Reforma Tributária ampla, com uma redistribuição da carga tributária de forma igualitária entre todos os setores, nos termos da proposta contida na PEC 45/2019. Contudo, este cenário ainda não é uma realidade.

Em nota divulgada pela ABIQUIM, foi ressaltado que, além da repentina mudança regulatória causar **insegurança jurídica**, a extinção do REIQ implica elevação dos custos dos produtos, o que pode gerar retração de demanda da indústria química brasileira da ordem de R\$ 2,2 bilhões (o valor não considera a concessão do crédito presumido), e ainda, uma **piora no quadro geral de competitividade**.

Ainda, destacamos que o **setor químico é altamente estratégico para a indústria nacional** e foi considerado atividade essencial pelo Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020, o que

possibilitou manter as operações e o fornecimento de insumos para a produção de itens fundamentais aos serviços de saúde e ao combate à Covid-19, como produtos para tratamento de água, produtos de limpeza, sanitizantes, gases medicinais, descartáveis hospitalares, detergentes/desinfetantes, medicamentos, produtos de higiene pessoal, entre tantos outros, poderão ter o seu abastecimento prejudicado com a extinção do REIQ.

Adicionalmente, apontam-se os seguintes argumentos contrários à extinção do REIQ

- Os produtos químicos têm elevado grau de essencialidade. A produção desses itens depende de matérias primas químicas, e se tornou uma **questão estratégica para maior garantia do abastecimento interno**. Logo, o aumento dos preços desses produtos decorrente do fim do REIQ representará um custo econômico e humano para a sociedade.
- As escalas produtivas e disponibilidade e preço das matérias primas afetam a competitividade de toda a cadeia produtiva da química, e, também, a competitividade dos demais setores consumidores de seus produtos.
- O REIQ permanece necessário por conta das fragilidades do ambiente competitivo brasileiro. Além do **elevado Custo Brasil**, a indústria química sofre impacto negativo dos **altos preços internos das principais matérias primas**. O impacto dos altos custos de matéria prima é amplificado pela presença de **tributos não recuperáveis**, que terminam sendo repassados ao longo da cadeia produtiva. Essa situação persiste há décadas, visto que não foi possível, ainda, concretizar a pretendida reforma tributária capaz de eliminar essas distorções na incidência de impostos e contribuições.
- Os aumentos de preços decorrentes do fim do REIQ se somarão aos reajustes acumulados nos últimos meses em preços de matérias primas da própria indústria química e dos mais diversos setores consumidores de seus produtos.
- O fim do REIQ é uma mudança regulatória intempestiva, **gerando insegurança jurídica e desincentivando novos investimentos**. O regime, com 16 anos de vigência, não tinha prazo de vencimento, de forma que seu término não era previsto pelas empresas.
- Dessa forma, o fim do REIQ irá agravar o círculo vicioso da baixa competitividade da indústria química, reduzindo a utilização das plantas, diminuindo a viabilidade de novos investimentos e o potencial de crescimento da oferta interna. Dessa forma, tende a agravar o déficit comercial de produtos químicos, que, segundo a Abiquim, em 2020, foi de US\$ 24,7 bilhões.

7. CONCLUSÃO

Na avaliação da Gerência Técnica poderá haver importantes impactos para a indústria do Rio Grande do Sul caso o REIQ seja efetivamente extinto, sendo recomendada a manutenção do regime especial até que as condições que geram uma competição desigual para a indústria química nacional não sejam equacionadas.

Porto Alegre, 6 de abril de 2021.

Gerência técnica e de suporte aos conselhos temáticos